

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

CARLOS RIBEIRO (1813-1882)

GEÓLOGO E ARQUEÓLOGO

Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras
e da Academia das Ciências de Lisboa
nos 200 anos do seu nascimento



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2013

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Pentaedro, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Comunicações apresentadas
ao Colóquio

“Sistemas de povoamento do território português
no decurso do Bronze Final”

(Fábrica da Pólvora de Barcarena, 23 de Outubro de 2012)

O FINAL DA IDADE DO BRONZE NO ALGARVE: BALANÇO E RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Carlos Oliveira¹

1 - INTRODUÇÃO

O actual conhecimento sobre a Idade do Bronze no Algarve é sustentado pelos dados resultantes de mais de um século de investigação arqueológica nesta região, devendo-se a João Baptista da Silva Lopes (1841) e a Pinho Leal (1873) as primeiras referências a jazidas e a materiais desta época. No entanto, é pela mão de Estácio da Veiga (1891) que são descritos e ilustrados os primeiros sítios enquadráveis neste período, os quais se encontram compilados no vol. IV dos “Antiguidades Monumentais do Algarve”, publicada em finais do séc. XIX. Com efeito, este incontornável arqueólogo algarvio não só identificou na sua carta arqueológica diversos sítios adscritos à Idade do Bronze, como também explorou alguns deles, com maior ênfase na área do Sotavento. Em meados do mesmo século são diversos os investigadores que se dedicam a este período, merecendo destaque José Formosinho, Abel Viana e Octávio da Veiga Ferreira (1953-54), que, em conjunto, escavaram e publicaram um importante núcleo de necrópoles localizadas na serra de Monchique. Todo este manancial de dados foi revisto e sistematizado por H. Schubart (1975), que enquadra os sítios algarvios num horizonte cultural geograficamente mais amplo, para o qual propõe um quadro evolutivo baseado no espólio e na tipologia dos monumentos funerários, assim como nas analogias detectadas com a Idade do Bronze na área dita Argárica. Tais critérios permitiram ao investigador alemão distinguir duas fases de desenvolvimento cultural: Bronze do Sudoeste I (1500/1400 a 1100 a.C) e Bronze do Sudoeste II (1100 a 700/800 a.C.), antecedidos por um período formativo denominado “Horizonte de Ferradeira”.

Desde as décadas finais do séc. XX até aos nossos dias, a actividade arqueológica no Algarve sofreu um considerável incremento, motivado quer pelos trabalhos no âmbito da dita “arqueologia preventiva”, quer pelo desenvolvimento de projectos de investigação específicos. Durante este período foram vários os profissionais que contribuíram para o avanço no conhecimento acerca da Idade do Bronze no Algarve, tendo-se registado novos sítios, alguns dos quais determinantes para a caracterização do Bronze Final na região, uma vez que a investigação precedente se havia centrado sobretudo em vestígios integráveis no momento de transição Calcolítico – Idade do Bronze e no Bronze Pleno.

2 - VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

De um modo geral, pode-se afirmar que a informação disponível sobre o final da Idade do Bronze no Algarve se encontra muito dispersa e é bastante desequilibrada, no que respeita à quantidade e qualidade dos dados

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

publicados para cada um dos sítios onde foi reconhecida uma ocupação dessa fase. Com efeito, apesar dos importantes contributos da investigação nos últimos 30 anos, o quadro de referência é ainda bastante pobre, uma vez que se conhecem poucos sítios ocupados durante o Bronze Final e, destes, apenas uma minoria foi alvo de intervenção arqueológica. Este cenário é ainda agravado pelo facto dos resultados de algumas dessas escavações permanecerem, parcial ou totalmente, inéditos. Não obstante, como se verá seguidamente, os dados disponíveis são demonstrativos de um sistema de povoamento que integra diversas formas de ocupação do território.

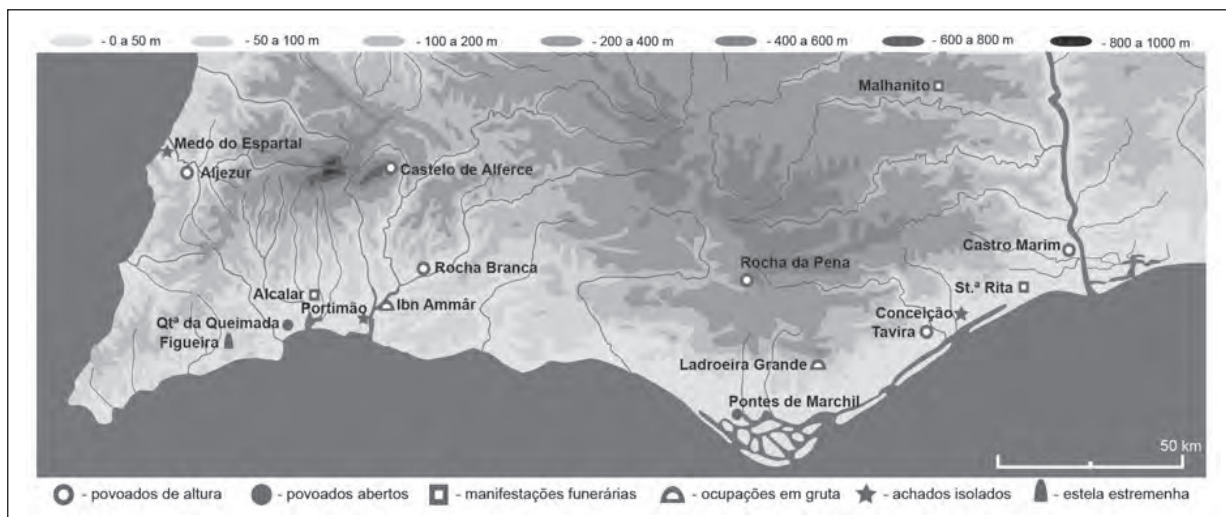


Fig. 1 – Mapa com distribuição das ocorrências arqueológicas relacionáveis com o final da Idade do Bronze no território algarvio.

2.1 – Povoados de altura

No total são conhecidos 6 sítios arqueológicos que, do ponto de vista da sua tipologia de implantação, podem ser enquadrados no que habitualmente se designa de “povoamento de altura”. Todavia, apenas existe informação detalhada acerca de dois deles, ambos no litoral: Castro Marim (OLIVEIRA, 2012) e Tavira (MAIA, 2003; MAIA & GÓMEZ TOSCANO, 2012). As afinidades destes dois povoados com os sítios do Cerro da Rocha Branca (Silves) e do Castelo de Aljezur (Aljezur) são óbvias, quer ao nível da implantação, quer quanto à diacronia de ocupação. Não obstante, em relação aos dois últimos pouco ou nada se conhece no que concerne à sua ocupação durante o final da Idade do Bronze. Para o Castelo de Aljezur, essa lacuna foi superada no encontro que deu origem às presentes actas, através de uma apresentação onde se mostraram os contextos e o espólio associáveis ao período em questão (cf. Silva e Soares neste mesmo volume). Quanto ao Cerro da Rocha Branca (GOMES, 1993 e 1994), apenas se sabe que terão sido recolhidos escassos fragmentos cerâmicos integráveis no Bronze final, mas dos quais somente se publicou um, pertencente a uma taça carenada com dois mamilos geminados e perfurados verticalmente (GOMES, 1994, p. 83).

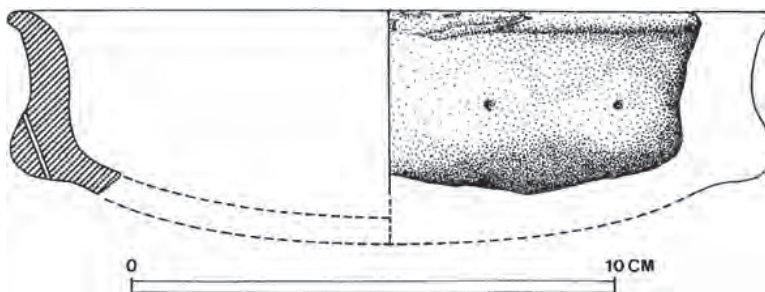


Fig. 2 – Fragmento de taça proveniente do Cerro da Rocha Branca (*apud* Gomes, 1994, p. 83, fig. 54).

Para os restantes sítios enquadrados na rede povoamento em altura a informação também não abunda. Do Castelo de Alferce (Monchique) há notícia de uma ocupação datável do final da Idade do Bronze (MEULEMEESTER *et al.*, 2006, p. 276-278), mas não se conhece qualquer espólio que suporte tal afirmação. Com efeito, os dados revelados são ainda pouco esclarecedores, não permitindo definir a natureza desta ocupação, nem a sua eventual associação às linhas de muralha que contornam o perímetro da ampla plataforma onde se implanta o sítio. A este propósito deve ainda referir-se que num trabalho recente foi levantada a hipótese de existir uma ocupação ligeiramente mais antiga, datável do Bronze Médio, tendo por base em alguns materiais recolhidos em prospecção, os quais, no entanto, não são apresentados em detalhe (CAPELA, 2012, p. 59). No que respeita ao sítio da Rocha da Pena (Loulé), a única informação que possui é aquela que retive de uma comunicação apresentada por Samuel Melro e por Pedro Barros no congresso *Sidereum Ana III* (Mérida, 2012), na qual foi referida a recolha de materiais adscritos à Idade do Ferro e ao final da Idade do Bronze, tendo-se colocado a hipótese da sua eventual eventualmente associação ao dispositivo amuralhado que é bem visível no terreno. A este propósito, importa mencionar que o sítio já foi alvo de uma intervenção arqueológica nos anos 70, mas esta restringiu-se à gruta existente no topo da plataforma e, tanto quanto se sabe, não foram documentados qualquer vestígios de uma ocupação proto-histórica. Os dados relativos aos dois últimos sítios que referi revestem-se de um interesse particular uma vez que ambos se localizam em plena serra e a sua implantação permite enquadrá-los tipologicamente nos denominados povoados de cumeada, para os quais não há outros paralelos no território algarvio.

Conforme anteriormente se referiu, os sítios do castelo de Casto Marim e de Tavira são aqueles para os quais existe um conjunto de dados mais significativos, justificando assim uma descrição mais pormenorizada. A ocupação humana que subjaz ao castelo de Castro Marim implantou-se numa destacada colina anexa à margem esquerda do Guadiana, sendo notória intenção de ocupar um ponto estratégico que reúne excelentes condições naturais de defesa e o domínio visual de um amplo território na foz do rio. Os trabalhos arqueológicos aí dirigidos por Ana Margarida Arruda desde anos 80 incidiram em 4 áreas distintas, mas em apenas duas delas foram detectados vestígios datáveis do Bronze Final: Sector 1 e 3. No entanto, importa referir que, por razões de ordem vária, nos restantes sectores a escavação não alcançou o substrato geológico, impossibilitando assim caracterização dos níveis fundacionais do sítio. Este momento inaugural encontra-se escassamente representado na estratigrafia, resumindo-se apenas a dois níveis arqueológicos que, apesar de constituírem realidades fisicamente separadas e de natureza distinta, se distinguem dos demais, quer pela sua posição estratigráfica (imediatamente sobre o afloramento rochoso e sobrepostos por uma camada estéril), quer pela componente artefactual, pois são os únicos casos onde não se recolheram quaisquer fragmentos de olaria a torno. Um destes contextos trata-se de uma estrutura negativa escavada no substrato geológico (quadrado E.5 do Sector 3), em cujo enchimento foi recuperado um diminuto conjunto de fragmentos cerâmicos, grande parte dos quais inclassificáveis quanto à morfologia, excepcionando o caso de uma robusta taça de tendência hemisférica e de uma pequena taça carenada com paredes delgadas. Neste contexto recuperou-se também um fragmento de bojo decorado com motivos brunidos na superfície interior, que parecem ter sido desenhados sobre uma aguada de tonalidade vermelha. A sua reduzida dimensão impossibilita uma identificação exacta do esquema decorativo, mas ainda assim, é perceptível que o motivo combinava linhas rectas com outras ziguezagueantes ou em forma de espiga. Materiais integráveis no Bronze Final foram também recolhidos no sector 1, onde se encontravam embalados num nível que, curiosamente, se localizava na zona da escavação com menor potência estratigráfica pois, em comparação com outras áreas, a rocha de base estava a uma cota bem mais elevada. Este contexto forneceu um conjunto diversificado de fragmentos pertencentes a vários tipos de recipientes, sendo largamente dominado pelas formas abertas entre as quais é evidente a preferência pelos exemplares de perfil carenado, acusando uma tendência registada também em vários âmbitos geográficos nos povoados de cronologia análoga. Relativamente às formas carenadas, cumpre assinalar a sua profusão durante o Bronze Final, nomeadamente de exemplares de fabrico cuidado e com carenas

médias e altas. A esmerada execução técnica, as reduzidas dimensões e a diversidade morfológica são algumas das características dos recipientes recuperados em Castro Marim que sugerem um uso eminentemente pessoal, relacionado com o consumo individual. Na categoria dos recipientes de formas fechadas destacam-se alguns fragmentos pertencentes a potes e/ou panelas de colo ligeiramente estrangulado e bordo extrovertido, cujo tipo de acabamentos difere de peça para peça, entre o polido e o alisado, facto que parece denunciar uma eventual utilização diferenciada. Este tipo de recipientes está em clara minoria no conjunto, encontrando-se representado por apenas por três indivíduos. Como resulta óbvio pelo acima exposto, as limitações inerentes aos contextos de recolha dos materiais de Castro Marim impedem uma avaliação sustentada do significado efectivo de cada um dos tipos formais reconhecidos. Neste sentido, devemos ceder à tentação de relacionar a escassez de recipientes destinados à armazenagem e conservação de produtos alimentares, com uma eventual ocupação restrita no tempo e/ou no espaço. Genericamente, pode afirmar-se que o conjunto artefactual recolhido em Castro Marim, nos níveis da Idade do Bronze, mostra uma assinalável coerência com outros contextos do Sudoeste Peninsular datados do Bronze Final, enquadrando-se na vasta gama de formas conhecidas para este período e região. Com efeito, para o período em questão, recipientes análogos aos recolhidos em Castro Marim são de tal forma frequen-

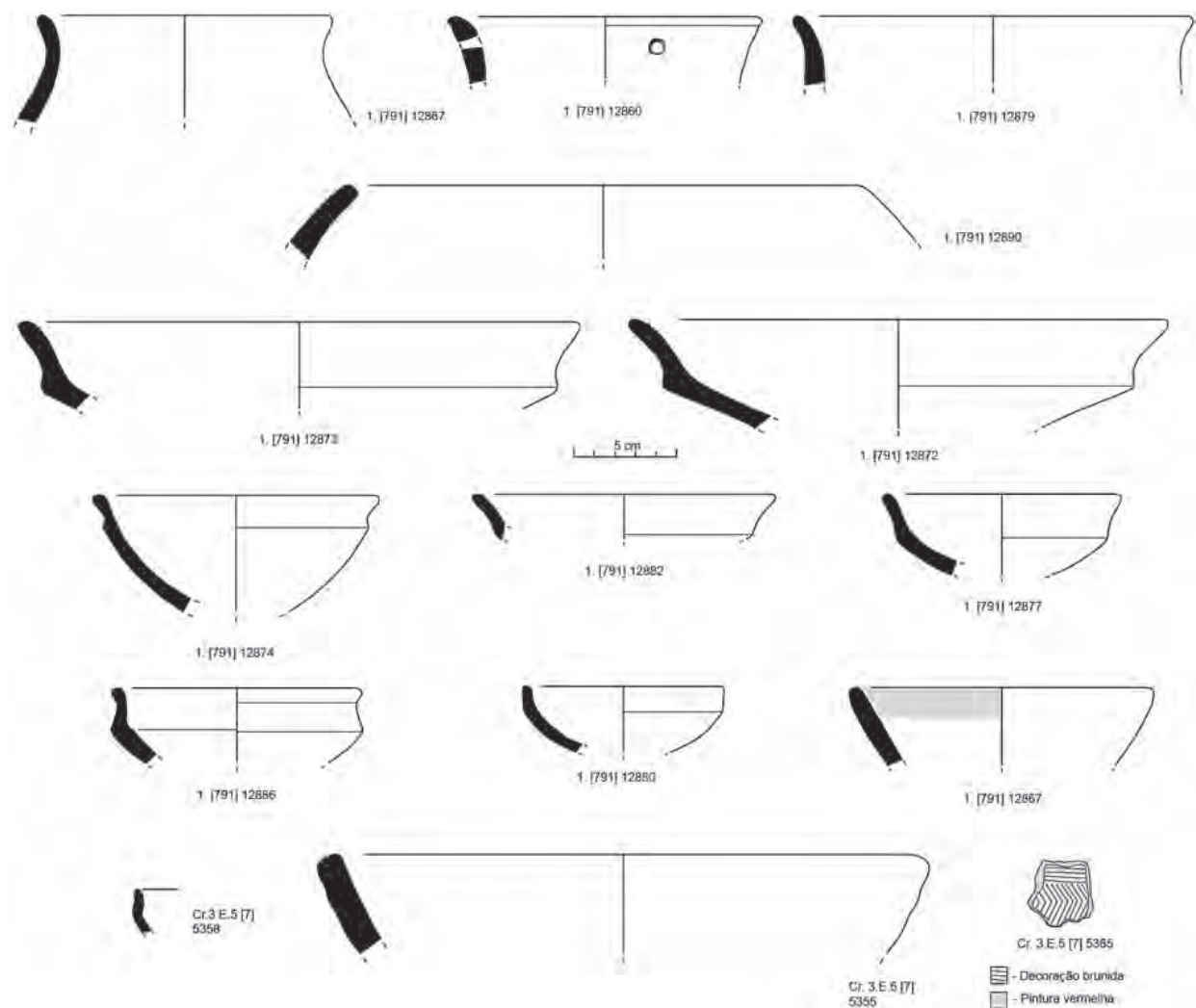


Fig. 3 – Amostra do conjunto cerâmico recolhido nos níveis do Bronze Final da ocupação do Castelo de Castro Marim.

tes em diversos âmbitos geográficos, que tornam impraticável e inconsequente a citação exaustiva dos seus paralelos. Contudo, não posso deixar de sublinhar que, ao nível das técnicas decorativas, assinalam-se notáveis similitudes com a Andaluzia Ocidental, uma vez que se documentaram duas das opções mais recorrentes nessa área geográfica: decoração brunida na superfície interna e pintura monocroma a vermelho. Se focarmos as atenções Alentejo e Extremadura espanhola encontramos, igualmente, importantes pontos de contacto com a realidade documentada em Castro Marim. Neste contexto, os sítios localizados ao longo do curso baixo do Guadiana assumem especial relevância, pois também aí foi possível reconhecer paralelos praticamente exactos aos do conjunto tratado. No estado actual da investigação resulta difícil apontar uma datação exacta dentro deste período. Não obstante, tendo em consideração alguns dos paralelos reconhecidos na Andaluzia Ocidental e Baixo Alentejo, parece credível propor uma cronologia situada em momento indeterminado entre os séculos IX e VIII a.C. Todavia, reconhecemos que esta hipótese carece de argumentos sólidos, uma situação que só se poderá alterar com realização de datações radiométricas.

Em relação a Tavira, importa desde já destacar as semelhanças ao nível da implantação e da diacronia de ocupação com o vizinho povoado de Castro Marim, tendo-se documentado, de igual modo, uma ocupação humana iniciada nos finais da Idade do Bronze e que se prolongou por toda a Idade do Ferro. Os vestígios mais antigos da cidade de Tavira concentram-se estrategicamente numa colina (colina de Santa Maria) sobranceira à foz do rio Gilão, com vasto domínio visual sobre a sua foz, apresentando boas condições para acostagem e uma elevada defensabilidade natural. Neste cerro, que Maria Maia apelidou com grande propriedade de “colina genética” de Tavira, esta mesma arqueóloga realizou várias intervenções arqueológicas durante os últimos 15 anos, tendo publicado parcialmente alguns resultados que importa expor, ainda que por vezes, sem o detalhe de que gostaríamos. Lamentavelmente, das escavações realizadas em finais dos anos 90 na vertente sueste da colina de Santa Maria não se conhece qualquer planta que possa relacionar-se com a ocupação do Bronze Final que, segundo Maria Maia, estaria materializada por vestígios de vários fundos de cabanas disseminados por cerca de 100 m de extensão, alguns dos quais dotados de lareiras estruturadas (MAIA, 2000, p. 129). Não obstante, desta escavação são conhecidos alguns materiais com indicação de terem sido recolhidos em níveis anteriores à construção da muralha fenícia, destacando-se para o período em análise várias taças

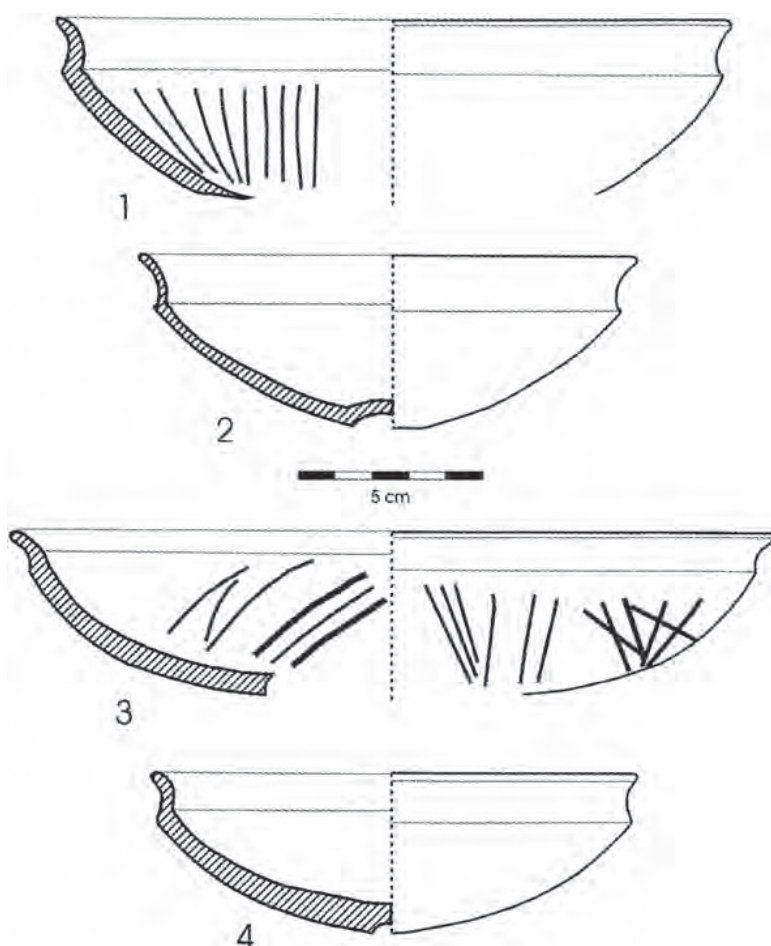


Fig. 4 – Conjunto cerâmico recolhido na encosta da “colina genética” de Tavira nos níveis datados do Bronze Final (*apud* MAIA, 2000, Fig. 2 e 16).

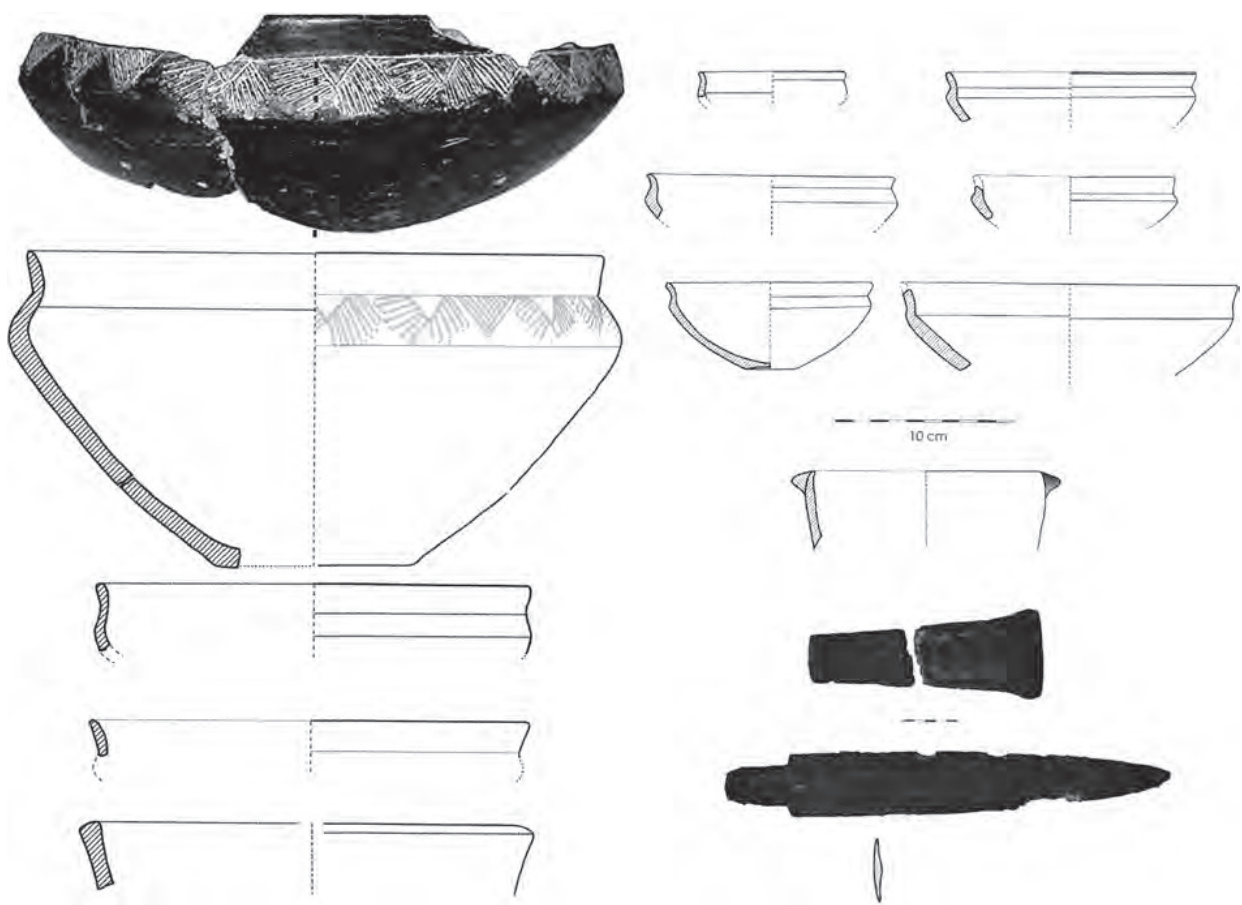


Fig. 5 – Conjunto cerâmico recolhido no topo colina genética de Tavira nos níveis datados do Bronze Final (*apud* MAIA, 2012, fig. 8 e 9).

carenadas de cerâmica manual, algumas das quais decoradas com motivos brunidos no interior (Fig. 4). Numa outra intervenção da mesma arqueóloga, ocorrida sob o actual palácio da galeria (em local próximo do topo da colina), é também referida a descoberta de parte de uma cabana do Bronze Final (MAIA, 2003 a, p. 42-43) mas, apesar de existir uma planta publicada (MAIA, 2003 b, p. 67, Fig. 6), não é perceptível qual a estrutura correspondente. A escassas dezenas de metros para Sudoeste deste local, em 2003, a arqueóloga Maria Maia dirigiu a escavação de duas valas de diagnóstico no denominado “Parque das Festas”, que ocupa as cotas mais elevadas da dita “colina genética” de Tavira. Através da recente publicação dos respectivos resultados (MAIA & GÓMEZ TOSCANO, 2012), ficou a conhecer-se um conjunto de baixela cerâmica composto essencialmente por recipientes de formas abertas, de média e pequena dimensão, muitos dos quais mostram um perfil quebrado por uma carena na zona superior da peça, merecendo particular destaque uma taça decorada com motivos incisos (Fig. 6). Convém também destacar a descoberta de um punhal e de um machado de bronze, assim como de um possível fragmento de alcaraviz, facto que motivou os autores a interpretarem aquela zona como uma antiga oficina metalúrgica. Em 2009, a intervenção preventiva no local do “Parque das Festas” foi alargada em cerca de 200 m² (distribuídos por 12 sondagens de diagnóstico), cuja escavação foi adjudicada à empresa Era-Arqueologia, tendo sido dirigida pelas arqueólogas Marina Pinto e Inês Simão, a quem muito agradeço permissão para mostrar aqui alguns dados inéditos. Refiro-me concretamente aos resultados obtidos na sondagem 4, onde se identificaram vários interfaces negativos escavados na afloramento rochoso (Fig. 7), definindo uma planta de mor-

fologia ovalada interpretável como uma pequena cabana (PINTO & SIMÃO, 2009), com cerca de 5 m² de área útil. Registaram-se também vários buracos de poste na área exterior à entrada da cabana, definida igualmente pelas inflexões abruptas nas zonas terminais da respectiva vala de fundação, desenhando uma espécie de pinça virada para o interior. A cerca de 1,5 m para sul desta estrutura registou-se parte de uma vala com características em tudo semelhantes, sugerindo a existência de uma outra cabana que, conforme demonstra a reconstituição apresentada, poderia ser um pouco maior, devendo atingir os 8 m² (Fig. 7). Lamentavelmente, não se preservaram quaisquer vestígios de estratigrafia positiva relacionáveis com estes contextos, sendo que os únicos materiais associados a esta ocupação foram recolhidos no interior de uma das valas. O conjunto artefactual pouco contribuiu para o enquadramento cronológico desta realidade, uma vez que se resume a 6 pequenos fragmentos de bojos, pertencentes a grandes recipientes de fabrico manual e com as superfícies ligeiramente alisadas ou cepilhadas. Contudo, a proximidade destas estruturas com o contexto arqueológico escavado por Maria Maia a pouco metros para NE, assim como as características da própria planta, são dados que parecem conjugar-se no sentido de fazer corresponder este momento ocupacional com o final da idade do bronze. Numa leitura bastante preliminar, dir-se-ia que reduzida área útil destas cabanas, certamente construídas com materiais perecíveis, poderá ser compatível com interpretação dos autores que publicaram a primeira fase dos trabalhos e que relacionam a zona com actividades metalúrgicas. Com efeito, as restritas dimensões destes espaços habitacionais documentam uma situação análoga ao povoado metalúrgico de San Bartolomé del Monte (FERNANDEZ JURADO & RUIZ MATA, 1986), embora a tipologia arquitectónica não coincida, nem ao nível da planta, nem ao nível dos métodos construtivos. Assim, em função dos dados actuais, parece-me extemporâneo atribuir a estes espaços uma funcionalidade mais específica do que o simples carácter habitacional.

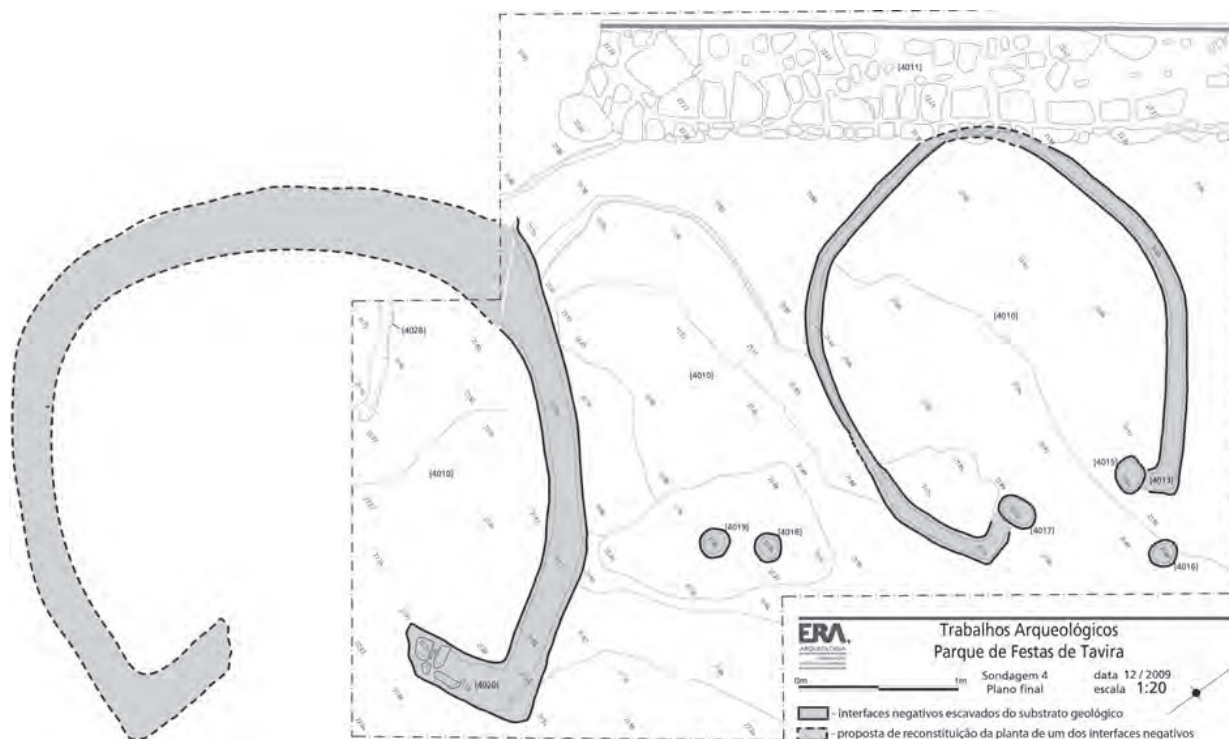


Fig. 6 – Planta final da sondagem 4, adaptada e reconstituída a partir de PINTO & SIMÃO, 2009, Anexo I.

2.2 - Povoados abertos

No que respeita ao povoados abertos a situação de referência é ainda mais limitada do que para o povoamento em altura, uma vez que apenas se conhecem dados muito parciais da escavação de dois sítios, ambos localizados próximo da litoral: Quinta da Queimada (Lagos) e Pontes de Marchil (Faro).

Sobre a Quinta da Queimada conhece-se sobretudo a ocupação neolítica e a necrópole sidérica (CALADO & GOMES, 2006), sendo que a referência a espólio datável do final da Idade do Bronze foi divulgada num artigo de Ana Margarida Arruda (2008) sobre a problemática da pré-colonização, socorrendo-se para tal de informações pessoais de Rui Parreira. Não obstante, importa referir que de acordo com esse texto, o conjunto de materiais recolhido nas escavações dirigidas por David Calado e ainda inédito, inclui fragmentos cerâmicos de vasos decorados com sulcos e de recipientes com fundo plano estirado, cuja presença permite enquadrar esta ocupação entre o Bronze Médio (período II do dito Bronze do Sudoeste) e o Bronze Final.

Em relação ao sítio de Pontes de Marchil, sabe-se um pouco mais, mas não muito, uma vez que os resultados da escavação de emergência realizada nos anos 70 permanecem em grande parte inéditos, sendo que a informação disponível se resume a textos de carácter divulgativo (MONTEIRO, 1980). Todavia, importa aqui relevar alguns dos dados emanados deste sítio, pois incluem a única datação radiométrica publicada para um sítio algarvio ocupado durante do Bronze Final, a qual, calibrada a dois sigmas, indica um intervalo balizado entre o início do séc. XIV e finais do séc. XI a.C. (1377-1009 Cal. BC) (SOARES & SILVA, 1998). A associação entre esta baliza cronológica e o espólio recolhido, concretamente as taças com decoração brunida na superfície interna, permitiu aos investigadores propor uma ocupação centrada do século XII a.n.e. Deve ainda referir-se que, atendendo à descoberta de vários estruturas negativas e à ocorrência de abundantes restos de malacofauna, o sítio foi interpretado como uma ocupação sazonal ocorrida em períodos sucessivos e destinada à exploração dos recursos marisqueiros existentes na sua área envolvente (MONTEIRO, 1980).

Ainda no que respeita aos povoados abertos, não posso deixar de referenciar dois sítios (Padrão e Serrado de Borges) incluídos numa carta patrimonial de Vila do Bispo, onde terão sido recolhidos à superfície alguns denticulados de foice em sílex (VELHINHO, 2003).

2.3 - Espaços funerários

Ao nível das manifestações funerárias a informação disponível é também muito restrita, na medida em que apenas se conhecem dois exemplos, tendo-se verificado em ambos a reutilização de antigos monumentos megalíticos. Destes, o único que se encontra integralmente publicado é o *tholos* do Malhanito (CARDOSO, 2004). Trata-se de um monumento localizado em plena Serra do Caldeirão, onde foi identificada uma tumulação associada a materiais arqueológicos que autorizam a sua integração cronológica no final da Idade do Bronze ou inícios da Idade do Ferro. O conjunto artefactual não é muito extenso sendo composto, no que à baixela cerâmica diz respeito, por taças de carena alta ou baixa mas que apresentam um perfil relativamente suave, algumas das quais dotadas de mamilos perfurados verticalmente, por vasos de carena baixa e paredes verticais, bem como potes carenados, por vezes apresentando pegas mamilares (Fig. 7). A quase totalidade dos recipientes apresentava um acabamento cuidado, denotando vários paralelos com as formas mais comuns do Bronze Final do Sul Peninsular. Convém ainda referir a descoberta de alguns artefactos de bronze nomeadamente um anel, um fragmento de alfinete e um aro possivelmente pertencente a uma fíbula, bem como duas contas de colar, uma fabricada com pedra local e outra de cerâmica (*idem, ibidem*).

Quanto ao monumento megalítico de Santa Rita (localizado junto ao litoral em Vila Real de Santo António) sabe-se que, durante as escavações recentes, foi documentada uma necrópole externa, implantada sobre a câma-

ra funerária e parte do corredor utilizados durante o Calcolítico, facto evidencia a continuidade deste lugar como espaço funerário (INÁCIO *et al.*, 2010). Esta necrópole era constituída por seis sepulturas, tendo as datações efectuadas sobre os ossos de alguns indivíduos permitido definir uma ampla baliza cronológica para a esta reocupação funerária, que vai da segunda metade do II milénio até às primeiras centúrias do I milénio a.C., podendo assim inserir-se no período aqui em análise, facto que obviamente terá de ser confirmado através do estudo do espólio recuperado.

A falta de espaços funerários próprios do Bronze Final na região em apreço, estes dois casos de reutilização de antigos monumentos megalíticos revestem-se da maior importância, na medida em que constituem uma espécie de “missing link” entre as sepulturas de inumação do Bronze Pleno e as da Idade do Ferro, testemunhando assim a continuidade deste ritual funerário na época e região em análise.

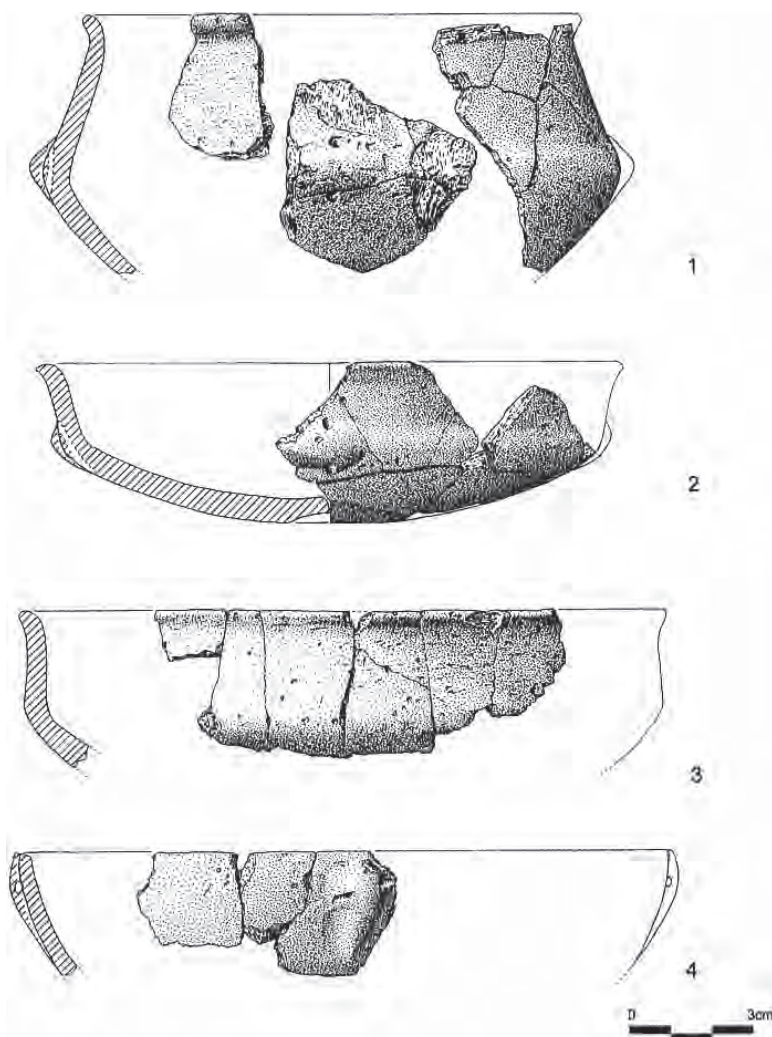


Fig. 7 – Amostra do espólio cerâmico recolhido no Cerro do Malhanito (*apud* CARDOSO, 2004, fig.8).

2.4 – Ocupações em gruta

Conhecem-se dois casos de grutas onde foram recolhidos materiais datáveis do Bronze Final: uma de âmbito estuarino (Ibn’Ammar – Lagoa) e outra já em pleno território serrano (Ladroeira Grande – Olhão), ainda que apenas a 8 km da linha de costa.

A gruta de Ibn’Ammar situa-se a cerca de 4 km de Portimão, junto à margem esquerda do Rio Arade. Os dados conhecidos acerca da ocupação proto-histórica deste sítio resumem-se à publicação de um restrito conjunto de materiais reunido por Manuel Bentes (GOMES, CARDOSO & ALVES, 1995) e que, actualmente, se encontra depositado nas reservas do Museu de Portimão, onde tive a oportunidade de o analisar. Tratando-se de materiais desprovidos de qualquer contexto estratigráfico mas que abrangem uma longa diacronia de ocupação, o primeiro desafio que se impôs foi o de seleccionar os exemplares cujas características permitem o enquadramento na Idade do Bronze. Neste aspecto em particular, o resultado da minha análise coincide com os exemplares já publicados pela equipa liderada por Mário Varela Gomes (*idem*), tendo acrescentado a esse conjunto apenas um fragmento de uma taça com carena pronunciada, do tipo habitualmente denominado “Santa Victória” (Fig. 8). A amostra seleccionada integra diversos tipos de recipientes, merecendo particular destaque as duas taças de perfil hemisférico decoradas com traços brunidos na superfície interior que, num dos casos ostenta um motivo raiado

desenhado a partir do bordo e, no outro exemplar se restringe a duas linhas cruzadas sobre o fundo. Registou-se também a presença de vários contentores de tendência globular, por vezes dotados de pequenas aplicações plásticas em forma de mamilo ou de asas disposta horizontalmente, assim como de um pote com um ligeiro estrangulamento ao nível do colo. Para além destes materiais, existe mais espólio proveniente de uma intervenção arqueológica realizada nos inícios da década de 60 e que incidiu sobre duas das galerias inferiores. Todavia, os resultados dessa escavação permaneceram na obscuridade até serem apresentados por Rui Mataloto e Rui Boaventura no 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve, ainda não publicado.

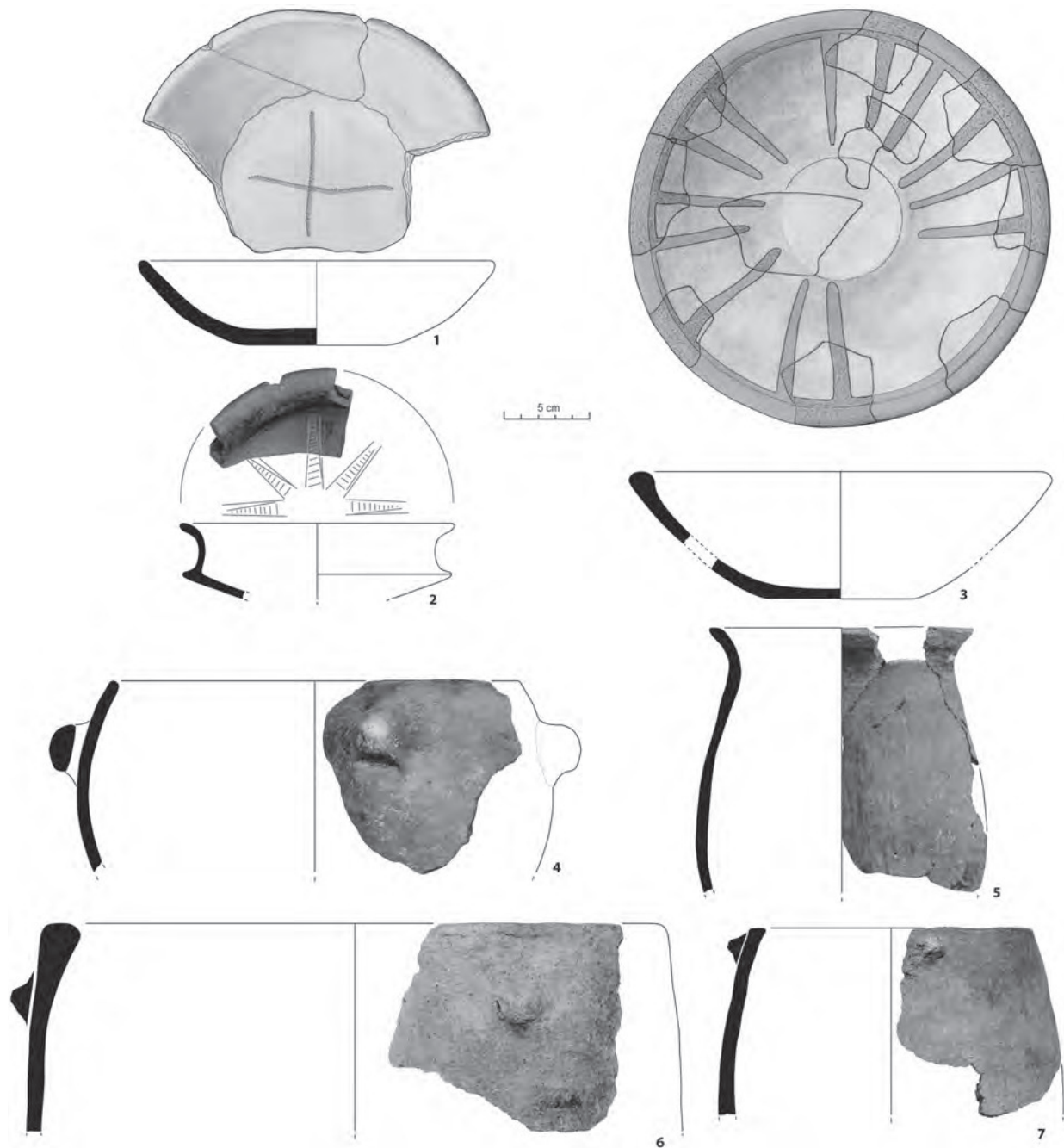


Fig. 8 – Amostra do conjunto cerâmico de Ibn'Ammar reunido na colecção de Manuel Bentes.

Quanto à Gruta da Ladroeira Grande, deve começar por referir-se que esta se situa próximo do topo de uma amplo cabeço destacado na paisagem, abrindo-se para o pequeno vale. Ao nível do espólio, conhece-se um pequeno conjunto de cerâmicas recolhido por espeleólogos nos anos 60, do qual se destaca uma taça de carena alta e vários fragmentos de bordos pertencentes a potes, quer de tendência globular, quer de bordo esvasado (fig. 9). O estudo destes materiais permitiu aos investigadores David Calado e Mário Varela Gomes (2007) situá-los cronologicamente na segunda metade do II milénio a.n.e.

Na esteira de outros exemplos conhecidos, estas grutas têm vindo a ser interpretadas como santuários naturais e os respectivos espólios como deposições rituais realizadas no âmbito das actividades religiosas aí praticadas, prolongando assim uma tradição com raízes profundas na história da humanidade. Não obstante, atendendo ao carácter comum dos materiais conhecidos para as duas grutas algarvias, os quais não diferem daqueles que poderíamos encontrar em qualquer contexto de habitat, creio que também não será descabido propor a sua eventual utilização como abrigos temporários e/ou sazonais. Estes, suportariam uma ocupação limitada a pequenos grupos dedicados a actividades económicas concretas que, no caso de Ibn'Ammar poderia ser a recollecção de bivalves e, no caso da Ladroeira Grande, o pastoreio ou a caça. Todavia, também não posso deixar de sublinhar que as fracas condições de salubridade e as dificuldades no acesso a estes locais constituem bons argumentos contrários a uma ocupação de carácter iminentemente habitacional. Outra hipótese que pode ser considerada é a sua utilização como espaços funerários, nomeadamente se atendermos à informação que dá conta da existência de espólio osteológico na gruta da Ladroeira Grande (GOMES & CALADO, 2007).

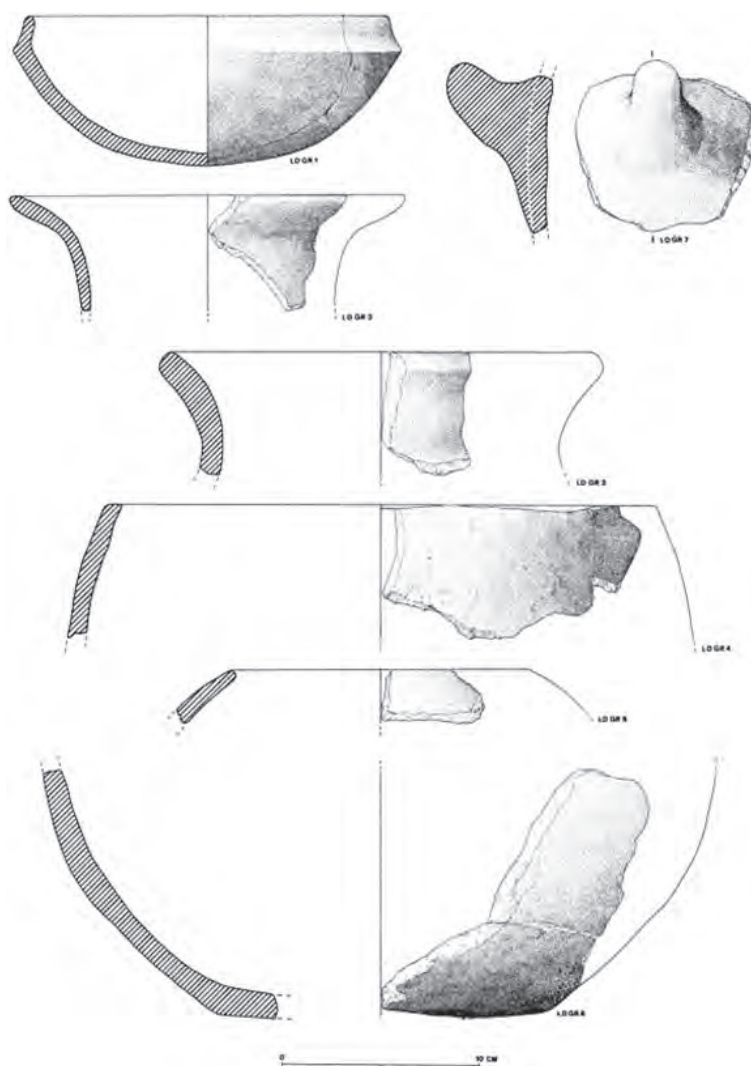


Fig. 9 – Amostra do conjunto cerâmico da gruta da Ladroeira Grande (*apud* CALADO & GOMES, 2007: fig.3)

2.5 – Achados isolados

O quadro de referência relativo ao final da Idade do Bronze no Algarve é ainda enriquecido por alguns achados de carácter excepcional, cujo contexto nem sempre está suficientemente esclarecido. Neste âmbito, não posso deixar de mencionar uma bracelete de ouro maciço comprada por Estácio da Veiga (1891, p. 192), com a indica-

ção de que seria proveniente da zona de Conceição de Tavira, a qual representa a única peça de ourivesaria datável deste período em todo Algarve (Fig. 10).

No contexto dos achados isolados, merece também destaque uma lâmina de foice, recuperada nas areias dragadas do rio Arade pelo grupo Ipsis e que actualmente integra as reservas do Museu de Portimão (fig. 10). Trata-se de um exemplar integrável no denominado “tipo Rocanes”, geralmente associado à metalurgia de tradição atlântica, sendo um modelo escassamente representado no Sul do país pois, até à data, os exemplares mais distantes da sua área concentração (Beira Litoral e Estremadura) haviam sido documentados em Santiago do Cacém e em Mértola. Este tipo de foices de talão é frequente em contextos de depósitos fluviais, como parece ser o caso em apreço, sobretudo se tivermos em consideração que, com a mesma proveniência, são conhecidos outros instrumentos de cobre/bronze enquadráveis numa ampla diacronia dentro da Idade do Bronze, designadamente pontas de seta e lâminas de vários utensílios cortantes. Destas recolhas do rio Arade destaca-se, de igual forma, um lingote de cobre/bronze, uma vez que a sua tipologia (base plano-convexa) é frequente nos momentos finais da Idade do Bronze, encontrando-se documentado em vários povoados metalúrgicos e em depósitos um pouco por toda a Europa Ocidental. Todavia, adverte-se para o facto desta tipologia não ser exclusiva da Idade do Bronze, sendo também frequente na Idade do Ferro, período romano e mesmo em época moderna. Ainda de Portimão, mas sem contexto definido, importa aqui referir a existência de uma ponta de lança de alvado (Fig. 10), já publicada por Schubart (1975, vol. II, Estampa 7) e novamente desenhada e mostrada no volume da Prê-História de Portugal da autoria de João Luís Cardoso (2002, p. 373, Fig. 290).

Em Aljezur, numa falésia conhecida como Medo do Espartal, situada junto à linha de costa atlântica, foram descobertos, em momentos distintos e em área próxima, dois artefactos metálicos datáveis da Idade do Bronze: uma lâmina de faca ainda com os rebites de encabamento (GOMES, 2007) e um fragmento correspondente à extremidade distal de uma lâmina de espada (Fig. 10) (GOMES, 2011). No âmbito deste trabalho importa destacar o fragmento de espada, uma vez que com grande probabilidade este poderá ser datado do Bronze Final e constitui o único achado de uma arma deste tipo

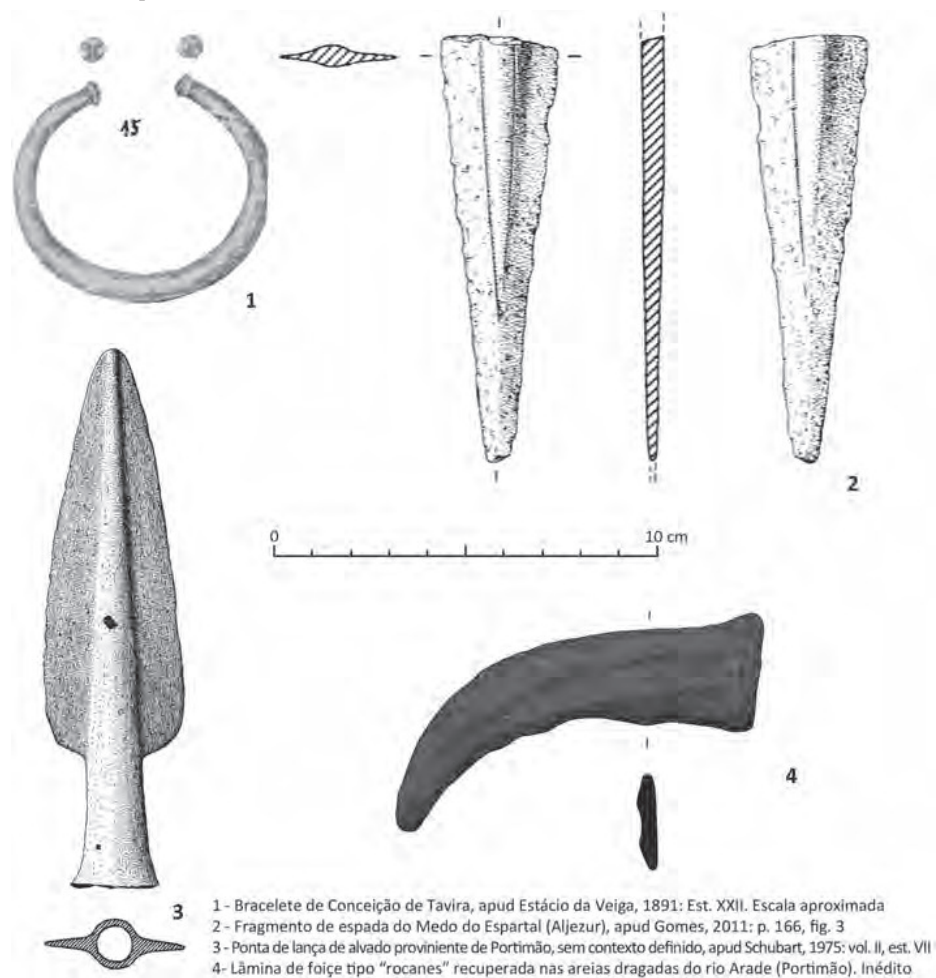


Fig. 10 – Vários achados isolados datáveis do Bronze Final.

no território algarvio, sendo um item raro também no restante território nacional. Atendendo à ausência de outros indicadores arqueológicos no local, os quais poderiam sugerir a existência de áreas habitacionais e/ou de uma necrópole, o autor da publicação de ambos os artefactos interpretou-os como deposições rituais ou votivas, que remetem para a importância simbólica que o sítio deteve ao longo da diacronia da Idade do Bronze (GOMES, 2011, p. 171), uma hipótese se compreende ainda melhor se considerarmos o forte impacto visual deste local.

Por último, deve ainda referir-se a ocorrência de uma estela dita de “tipo estrengtheno” encontrada sítio da Figueira (Vila do Bispo) e, portanto, bem afastada do núcleo de concentração deste tipo de monumentos, mais frequentes nas províncias espanholas da Extremadura e da Meseta Sul (ALMAGRO, 1966). De acordo com algumas propostas tipológicas de pendor evolucionista (p.e. CELESTINO, 2001), a estela da Figueira deverá corresponder ao tipo mais antigo, uma vez que são apenas 3 os elementos figurados. Grande parte da superfície está ocupada com a representação do típico escudo de chanfradura em V, sobre o qual se gravou um personagem antropomórfico, desprovido de objectos pessoais mas armada com uma lança. A diversidade de interpretações que têm sido preconizadas para este tipo de estelas é um assunto que está longe de ser consensual e cuja problemática não caberia no espaço deste artigo. Não obstante, parece importante lembrar que estes elementos têm vindo a ser datados de uma fase avançada dentro do Bronze Final.

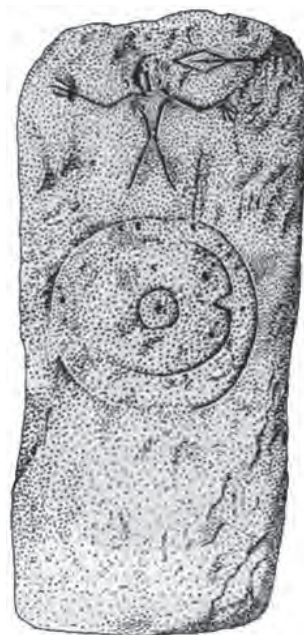


Fig. 11 – Estela da Figueira (*apud* ALMAGRO, 1966, p. 73). A altura do monumento é de 1,64 m.

3 - DISCUSSÃO

Na sua essência o texto agora apresentado tem a ambição de constituir uma situação de referência para o estudo do final da Idade do Bronze no Algarve, procurando compilar todas as informações publicadas que, de algum modo, concorram para uma melhor caracterização desta época na região em apreço. A sistematização da informação abre espaço para a análise de eventuais sistemas de povoamento, formas de organização social e redes de contacto supra regionais. Todavia, esse debate esbarra continuamente nas limitações inerentes à escassez e à qualidade dos dados disponíveis, obstruindo a compreensão dos processos históricos que conduziram à transição para a Idade do Ferro.

Ao nível dos sistemas de povoamento, pouco mais se poderá afirmar que supere a simples constatação das diversas estratégias de ocupação do território, substanciadas nos vários tipos implantação reconhecidos. O modo como os diferentes sítios interagiam, ou mesmo se haveria interacção entre si é por ora uma completa incógnita, uma vez que a maioria dos sítios conhecidos se encontram bastante afastados, impossibilitando a definição de redes de povoamento a uma escala mais aproximada. Contudo, parece importante destacar o modelo de povoamento que visa a ocupação de pontos destacados sobre o estuário das principais linhas de águas. Este modelo parece assemelhar-se, grosso modo, aquele que tem sido proposto para algumas *áreas regionais* mais próximas, onde se tem constatado um processo de concentração e acastelamento das populações. Tal esquema compreenderia uma fase inicial, caracterizada por pequenos habitats abertos ocupados nos últimos séculos do II milénio a.n.e., à qual se seguiria um segundo período, onde o povoamento tendia a concentrar-se em grandes povoados de altura e de cumeada, por vezes dotados de aparatosos sistemas defensivos. A reestruturação da malha povoamento ter-se-ia registado na transição do milénio, fazendo parte de um processo de ocupação de locais estratégicos extensível a todo o Sudo-

este peninsular. Considerando este modelo, a maioria dos *sítios* de habitat identificados na região algarvia devem corresponder a uma cronologia avançada dentro do Bronze final, exceção feita ao *sítio* de Pontes de Marchil (Faro) que, como já se viu, poderá remontar ao *séc. XII* a.C., conforme demonstra a datação radiométrica obtida.

Apesar de escassos, os elementos da cultura material que sobreviveram até à actualidade parecem expressar uma convergência de influências descendente de distintos “horizontes culturais” sobre o substrato autóctone das comunidades que ocuparam o Algarve durante o final da Idade do Bronze, embora a natureza e a intensidade desses contactos não seja de todo inteligível, mas apenas intuída. Com efeito, a descoberta de um fragmento de espada no Medo do Espartal (Aljezur) e de uma lâmina de foice “tipo Rocanes” recuperada nas areias dragadas do rio Arade (Portimão), demonstra que estas populações consumiram, ainda que em quantidades bastante restritas, artefactos metálicos filiados em modelos “Atlânticos”. Em relação a estes dois elementos é também bastante sintomático o seu contexto de recolha pois, como se viu anteriormente, em ambos os casos estes podem ser interpretados como depósitos de natureza ritual, uma prática bem documentada quer na ria de Huelva (RUIZ GÁLVEZ, 1995), quer na região Centro-Norte do território actualmente português (VILAÇA, 2007) e que geralmente se encontra associada a tradições com origem na fachada Atlântica da Europa. Em sentido oposto, a ocorrência de vários de recipientes cerâmicos ornamentados com motivos brunidos no interior, remete-nos para uma esfera de influências com o dito horizonte “Tartéssico” que, como é do conhecimento geral, tem na Andaluzia Ocidental o seu centro de maior expressão. Por outro lado, a presença de uma estela no *sítio* da Figueira (Vila do Bispo) denota a existência de relações com as comunidades sediadas na província espanhola da Extremadura e na Meseta Sul, que correspondem ao principal núcleo de concentração deste tipo de monumentos. Todavia, em nenhum dos *sítios* algarvios se reconheceu espólio associável a tradições de origem mediterrânea de cronologia anterior ao advento da colonização fenícia, um processo que está bem documentado a partir do *séc. VIII* a.C. na cidade de Ayamonte, *sítio* ao qual devem ser assacadas as responsabilidades pela “orientalização” das comunidades residentes em Castro Marim e em Tavira. Como bem notou Ana Margarida Arruda (2008), esta ausência é particularmente, incompreensível se atendermos à proximidade com Huelva onde, nos estratos arqueológicos situados sob do nível freático, se recolheram importações fenícias, gregas e sardas datados do *séc. X*/ inícios do século IX a.C. (CANALES CERISOLA *et al.*, 2004). Com a chegada de colonos Fenícios à *costa algarvia* são notórias e marcantes as alterações ao nível da cultura material, as quais certamente reflectem um vasto leque de transformações de ordem social e política. Não obstante, no que respeita às redes de povoamento da denominada primeira Idade do Ferro o cenário é praticamente idêntico ao verificado no Bronze Final, sabendo-se apenas que os povoados de Casto Marim e Tavira permaneceram ocupados, e suspeitando-se, embora com algumas reservas (ARRUDA, 1999-2000), que o mesmo possa ter sucedido relativamente ao Cerro da Rocha Branca.

Os dados disponíveis parecem conjugar-se no sentido de poder defender-se que o Algarve se manteve relativamente à margem das redes de intercâmbio dos eixos Atlântico e Mediterrâneo que operavam durante o Bronze Final no espaço peninsular, uma circunstância que pode ser lida pela escassez de artefactos de carácter supra-regional ou pela fraca expressão das estelas (ARRUDA, 1999-2000). Uma outra explicação para a aparente situação marginal desta região poderá advir das limitações inerentes à própria investigação arqueológica e do fraco investimento em projectos dedicados ao período em análise. Todavia, sendo o território algarvio um dos mais extensamente explorados a nível nacional, contando com historial de investigação arqueológica que remonta a meados do século XIX, este argumento baseado no silêncio revela-se bastante perigoso, sobretudo se atendermos ao facto de, em comparação, tanto para o Bronze Médio como para a segunda Idade do Ferro, se conhecer uma quantidade bastante considerável de *sítios* e de respectivos espólios. Ainda assim, ao não considerar este pernicioso argumento, então forçosamente, terá de se admitir uma muito fraca densidade demográfica e um vazio ocupacional em muitas das áreas deste território, fenómenos para os quais, no estado actual da investigação, não parece haver uma justificação convincente.

REFERÊNCIAS

- ALMAGRO, Martín (1966) – Las Estelas decoradas del sudoeste Peninsular, *Biblioteca Prehistorica Hispánica*, vol. VIII, Madrid.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Cuadernos de Estudios Mediterráneos. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2008) – Estranhos numa terra estranha: os contactos pré-coloniais no sul do território português. In S.CELESTINO, N. RAFEL & X.L. ARMADA (eds.): *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e)*. *La precolonización a debate*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 35, Madrid, p. 355-370.
- CALADO, D. & GOMES, M. V. (2006) – Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, 2, Lisboa, p. 171-185
- CAPELA, Fábio (2012) – *Contributos para o conhecimento da Pré-história Recente e da Proto-história da Serra de Monchique*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.
- CANALES CERISOLA, F. G. de, SERRANO PICHARDO, L., & LLOMPART GÓMEZ, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Biblioteca Nueva, Madrid.
- CARDOSO, J.L. (2002) – *Pré-história de Portugal*, editorial Verbo, Lisboa.
- CARDOSO, J.L. (2004) – Uma tumulação do final do Bronze Final / inícios da Idade do Ferro no Sul de Portugal: o *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In M.C. LOPES & R. VILAÇA (eds.): *O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Homenagem a Jorge de Alarcão. CEAUCP, Coimbra-Porto.
- CATARINO, H. (1997-98) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *AL-Ulyã*, 6. Loulé. 3 vols.
- CELESTINO, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas: la precolonización y la formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra.
- ESTÁCIO da VEIGA, S.P.M. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. & RUIZ MATA, D. (1986) – El yacimiento de época tartésica de San Bartolomé del Almonte, Huelva. *Huelva Arqueológica*, IX, Diputación Provincial de Huelva.
- GALAN DOMINGO, E. (1993) – Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del suroeste de la Península Ibérica. *Complutum* extra 3, Madrid.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ALVES, F. J. S. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve – Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal.
- GOMES, M.V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, vol. IV, Lisboa, pp. 73-107.
- GOMES, M.V. (1994) – A necrópole de Alfaroibeira (S. Bartolomeu de Messines) e a idade do Bronze no Castelo de Silves, *XELB*, 2, Silves.
- GOMES, M.V. (1995) – A Idade do Bronze no Algarve. In A.A.V.V.: *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, p.140-144.
- GOMES, M. V. (2006) – Faca da Idade do Bronze do Medo do Espartal (Aljezur). *Al-Rihana* – Revista Cultural do Município de Aljezur, 2, p. 157-165.
- GOMES, M. V. & CALADO, D. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos da Idade do Bronze Final no Sul de Portugal – *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10, 1, Lisboa, p. 141-158.

- GOMES, M. V. (2011) – Fragmento de espada da Idade do Bronze Final do Medo do Espartal (Aljezur). *Al-Rihana* – Revista Cultural do Município de Aljezur, 5, p. 163-172.
- GRANGÉ, M. (2005) – Le Cerro do Castelo de Alferce (Monchique, Faro): Premières hypothèses sur la genèse et l'évolution du peuplement médiéval dans la Serra de Monchique (Ve-XIIIe siècle). *XELB*, 5, Silves, p. 157-176.
- INÁCIO, N.; NOCETE, F.; CALADO, D.; CURATE, F.; NIETO, J.; BAYONA, M. & OLIVEIRA, C. (2010) – O túmulo megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela): resultados preliminares de um processo de investigação em curso. *XELB*, 10, Silves, p. 73-86.
- MAIA, Maria (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C.. In GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.): *Fenícios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert. p. 121-150.
- MAIA, Maria (2003 a) – O Bronze Final pré-fenício de Tavira. In *Tavira. Território e Poder*. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 39-47.
- MAIA, Maria (2003 b) – Fenícios em Tavira. In *Tavira. Território e Poder*. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 57-75.
- MAIA, Maria & GÓMEZ TOSCANO, F. (2012) – Um achado da Idade do Bronze em Tavira. In J. JIMÉNEZ ÁVILA, (Ed.): *Siderum Ana II: El rio Guadiana en el Bronce Final*, (Anejos de AEsPa, LXII), p. 328-344.
- MEULEMEESTER, J.; GRANGÉ, M. & DEWULF, J. (2006) – Novos dados sobre o povoamento alto medieval na Serra de Monchique (séc. VI-IX): Intervenção arqueológica no Cerro do Castelo do Alferce, Monchique, Faro (2004). *XELB*, 6, 1, Silves, p. 261-280.
- MONTEIRO, J.P. (1980) – O acampamento do Bronze Final das Pontes de Marchil. In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa – Museu de Arqueologia e Etnologia de Setúbal, p. 43-45.
- OLIVEIRA, C. P. P. (2012) – O Bronze Final no Castelo de Castro Marim. In J. JIMÉNEZ ÁVILA, (Ed.) – *Siderum Ana II: El rio Guadiana en el Bronce Final*, (Anejos de AEsPa, LXII), p. 345-362.
- PINTO, M. e SIMÃO, I. (2009) – *Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Antigo Parque de Festas, Tavira. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. ERA – Arqueologia.
- RUIZ GÁLVEZ, M. (1995) – El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. *Complutum Extra* 5, Universidad Complutense, Madrid.
- SCHUBART, H. (1974) – La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular – distribución y definición. *Miscelánea Arqueológica*, 25. Barcelona, p. 345-370.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1998) – From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In S. OLIVEIRA JORGE (ed.): *Existe uma Idade do Bronze Atlântico? Trabalhos de Arqueologia*, 10, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, p. 231-245.
- VILAÇA, Raquel (2007) – Depósitos de Bronze no território Português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 34, Lisboa, p. 9-91.
- VELHINHO, João (2003) – *Repensar a História de Vila do Bispo*. Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo.